



1 **252ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo**

2 **Ata da Reunião Ordinária do Pleno do CES/SP de 25/05/2016**

3 Ao vigésimo quinto dia de maio de dois mil e dezesseis foi realizada a ducentésima
4 quinquagésima segunda reunião ordinária do Pleno do CES/SP, no auditório José
5 Ademar Dias, à Avenida Dr. Arnaldo, 351, com as seguintes presenças e
6 representações: **I – PODER PÚBLICO: Secretaria de Estado da Saúde:** Dr. David
7 Everson Uip – Presidente; Geraldo Reple Sobrinho – Suplente; Stela Felix Machado
8 Guillin Pedreira – Titular; Silvany Lemes Cruvinel Portas – Suplente - **Secretários**
9 **Municipais de Saúde:** Sandra Magali Fihlie Barbeiro – Suplente - **Universidades do**
10 **Estado de São Paulo:** José Carlos Souza Trindade Filho – Titular - **III REPRESENTAÇÃO**
11 **DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE: Representantes dos Sindicatos de Trabalhadores na**
12 **Área da Saúde** - Mauri Bezerra dos Santos Filho – Titular; Maria Isabel Cristina Martins
13 Boniolo – Suplente; Natanael da Costa – Titular; Omar Braga Mendonça – Suplente -
14 **Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional** – Ligia Rosa da Costa Pereira –
15 Titular; Suely Stringari de Souza – Suplente - **Associação dos Profissionais de Saúde:**
16 Felipe Augusto Reque – Titular; Neide Aparecida Sales Biscuola – Titular - **IV –**
17 **REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS: Centrais Sindicais:** Lázaro Cesar da Silva – Titular;
18 Oldimar Sergio Alves dos Santos – Suplente - **Associações de Portadores de Patologia:**
19 Sheila Ventura Pereira – Suplente - **Associações de Portadores de Deficiência** – Claudia
20 Sofia Idalecio Pereira – Titular - Maria Alessandra da Silva – Suplente - **Movimentos**
21 **Populares de Saúde:** Luiz José de Souza – Titular; Arnaldo Marcolino da Silva –
22 Suplente; Leonides Gregório da Silva – Titular; Francisco de Assis Gonçalves Valério –
23 Suplente; Idreno de Almeida – Titular; Rosane Victória da Silva – Suplente; Douglas
24 Nogueira Alves – Titular - **Associações de Moradores:** Expedito Pedro do Nascimento –
25 Titular; João Cassiano de Oliveira – Suplente - **Programa ou Movimento Religioso de**
26 **Defesa da Saúde:** João Inácio Mildner – Titular - **JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA: I –**
27 **PODER PÚBLICO: Secretários Municipais de Saúde:** Stênio José Correia Miranda –
28 Titular - **Universidades do Estado de São Paulo:** Silke Anna Theresa Weber – Suplente -
29 **II – PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE: Entidades Filantrópicas:** Meire
30 Cristina Vieira Rosa Ghilarducci – Titular - **III - REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS**
31 **DE SAÚDE: Representantes dos Sindicatos de Trabalhadores na Área da Saúde:**
32 Gerson Sobrinho Salvador de Oliveira – Suplente; Ana Lucia de Mattos Flores – Titular
33 – **Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional** – Pedro Claudio Bortz – Suplente;
34 Maria Lúcia Zarvos Varellis – Titular - **Associação dos Profissionais de Saúde:** Laura
35 Magrini Luiz Alonso – Suplente - **IV – REPRESENTAÇÃO DOS USUARIOS – Centrais**
36 **Sindicais:** Benedito Alves de Souza – Titular - Ismael Gianeri – Suplente - **Associações**
37 **de Portadores de Patologia:** Claudio Toledo Soares Pereira – Titular; Alcides
38 Barrichello – Titular - **Movimentos Populares de Saúde:** Glória de Almeida Saraiva
39 Massoni – Suplente - **Associação ou Movimentos Populares de Defesa do**
40 **Consumidor:** Flávio José Dantas de Oliveira – Titular -- **Programa ou Movimento**
41 **Religioso de Defesa da Saúde:** Maria Cristina Silveira Prado Martins – Suplente -
42 **AUSENTES: I – PODER PÚBLICO -- Secretários Municipais de Saúde:** Davi Eiji Furutani
43 de Oliveira – Titular; Odete Carmen Gialdi – Suplente - **Universidades do Estado de**
44 **São Paulo:** Gustavo Pereira Fraga – Titular; Luis Augusto Passeri – Suplente; - **II –**



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



45 **PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE: Entidades Filantrópicas:** Mara
46 Christiane de Vasconcelos Liberato – Suplente – **Entidades com Fins Lucrativos** –
47 Marcelo Luis Gratão – Titular; Carlos José Xavier Tomanini – Suplente – **IV** –
48 **REPRESENTAÇÃO DOS USUARIOS – Centrais Sindicais:** Rosilânia Correia Lima – Titular;
49 Cleonice Caetano Souza – Suplente - **Setor Empresarial:** José Augusto Queiroz –
50 Titular; Joffre Setterval Moraes – Suplente - **Associações de Portadores de Patologia:**
51 Luiz Carlos Medeiros de Paula - Suplente - **Associação de Defesa de Interesse da**
52 **Mulher:** Sarah Munhoz – Titular; Maria José Majô Jandreice – Suplente - **Associação**
53 **ou Movimentos Populares de Defesa do Consumidor:** Carlos Botazzo – Suplente -
54 **CONVIDADOS(AS):** Maria Erminia Ciliberti, Telma Regina Attizani, Milton M. Osaki,
55 Cristina R. de A. Alonso, Ana Beatriz Braga de Carvalho, Ricardo Chaves de Carvalho,
56 Carmem Lucia Padua Piccirillo; Eliane Gondolfi, Luis Carlos Pereira da Silva, Claudia
57 Barleta, Marcia de Souza Moraes, Simone Alves de Santos, Claudia Walleska Ronaib
58 Silva, Nilza Silva Ferreira, Vivian S. de Oliveira, Vera Lucia da G. Malheiro, Jandira da
59 Silva Xavier, Maria Aparecida Novaes, Haino Burmester, Eni M. T. A. Perez, Patricia R.
60 Novoa, Rosangela Elias, Gersonita P. Souza, Eloiso Assunção, Sylmara Berger Del Zotto,
61 Ricardo Kerti Mangabeira Albernaz, Rafael B. Ribeiro, Irma T. Neves e Elisa Azevedo. O
62 Secretário Executivo dá as boas-vindas a todos, esclarece que a reunião está sendo
63 realizada no auditório para acomodar melhor a todos os convidados e justifica as
64 ausências. O Presidente do Conselho Estadual de Saúde, Dr. Davi Uip, também faz as
65 saudações aos participantes, informa sobre o artigo do jornal Folha de São Paulo que
66 tratou da redução da arrecadação estadual e da crise em todo o País, e prossegue com
67 a apresentação do 1º Relatório Quadrimestral do SUS (2016). Após a exposição, o
68 Conselheiro Luiz questiona se o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) da Lapa
69 contará com o atendimento à saúde do homem nos moldes do Mandaqui e o Dr. Davi
70 responde que será um AME completo com atendimento ao idoso. A Conselheira
71 Alessandra pergunta sobre a Saúde Mental, e a ação civil pública do Ministério Público
72 Federal (MPF) sobre os Centros de Atenção Psicossocial (Caps), e como é feita a
73 distribuição do custeio para os equipamentos entre os entes federados. O Presidente
74 Dr. David responde que o Estado ajuda na implantação e o custeio é municipal. O
75 Conselheiro Mauri pergunta a qual é a diferença entre o CRI e o AME Idoso e sobre os
76 concursos públicos, considerando o Decreto do Governador que dispõe sobre a
77 admissão, a contratação de pessoal e o aproveitamento de remanescentes, e fala da
78 surpresa da notícia de 200 novas contratações na área de enfermagem. O Dr. David
79 explica que foram 1.500 contratações em 2015, e 300 em 2016, e que o Governador
80 está sensibilizado com a contratação de funcionários para a Saúde. O Conselheiro
81 Geraldo Reple fala que o CRI e o AME são para idosos e o de São Miguel é exemplo, o
82 do Mandaqui é OS e tem protocolo semelhante com algumas peculiaridades, de
83 acordo com a região. O Conselheiro Douglas fala sobre as Santas Casas e cita os valores
84 de investimento. Fala sobre as Santas Casas menores, da região do Alto Tietê, que
85 passam por dificuldades e levantam fundos com apoio de festividades. O Presidente
86 Dr. David explica que as pequenas Santas Casas são uma preocupação e fala do
87 programa Santas Casas Sustentáveis. O Conselheiro Exedito pergunta como é o
88 acesso ao Hospital das Clínicas e as filas para cirurgia. O Dr. David diz existe uma fila
89 para cirurgia em todo o País, e, em São Paulo, não é diferente. A proposta é fazer uma
90 compra centralizada de prótese de qualidade e adequação no atendimento
91 referenciado. As pessoas deveriam ser atendidas nos Prontos Socorros e Unidades



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



92 Básicas de Saúde. O Conselheiro Francisco faz relatos sobre a falta de recursos no
93 Hospital Regional de Sorocaba, e aponta que a saúde mental na região atende 60% de
94 internos de outras cidades. Também demonstra a preocupação com a permanência
95 dos agentes de saúde, com os leitos da saúde mental no DRS 16 e vagas para cirurgias
96 de catarata. O Dr. David expressa também sua preocupação com a região de Sorocaba,
97 e com a desinstitucionalização, confirmando os repasses de recursos. Diz que toda
98 crítica é construtiva e muito bem-vinda, e que os agentes de saúde não serão
99 demitidos. O Conselheiro João Cassiano fala das Santas Casas e faz um breve relato
100 sobre sua experiência em São José do Rio Preto. A Conselheira Neide entende que não
101 há ações sem financiamento, menciona sobre a rubrica para órtese e prótese, e
102 propõe moção de repúdio à retirada dos recursos para a Saúde. O Secretário Dr. David
103 reforça sobre a impossibilidade de se abrir mão do que é essencial no SUS e a
104 importância do controle social na democracia. O Conselheiro Padre João explica sobre
105 os hospitais católicos que não pertencem à entidade jurídica arquiocesana de São
106 Paulo. O Conselheiro Omar também expressa sua preocupação sobre o assunto e
107 relembra a reforma sanitária e a garantia constitucional do SUS. O Presidente Dr. David
108 finaliza sua exposição afirmando que qualquer retirada de recursos do SUS inviabilizará
109 o sistema, já que é possível desequilibrar o SUS sem mudar nenhuma legislação,
110 apenas com o subfinanciamento. O Secretário Executivo Belfari compõe a Mesa
111 Diretora e transmite a presidência dos trabalhos para a Conselheira Stela. Passa à
112 aprovação da ata da 250ª Reunião Ordinária. O Conselheiro Geraldo pede a correção
113 da linha 331 para constar “Centro de Referência do Idoso” (faltou o termo idoso). O
114 Secretário Belfari informa sobre a impossibilidade da aprovação desta ata por falta de
115 quórum. Iniciam-se os informes. O Conselheiro Luiz informa sobre o Ato em Defesa do
116 SUS na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), com a presença do
117 Conselho Nacional de Saúde, do Fórum Suprapartidário em Defesa do SUS e da
118 Seguridade Social, da Plenária Estadual de Saúde e da Plenária Municipal de Saúde. O
119 Secretário Belfari informa sobre o reagendamento para a 253ª Reunião Ordinária da
120 discussão sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e seus reflexos na Área da Saúde, com
121 a participação de representantes da Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de
122 Estado do Planejamento e DIEESE. Informa ainda sobre a Conferência Nacional de
123 Saúde da Mulher (8 a 10 de março de 2017) e a Conferência Nacional de Vigilância em
124 Saúde (25 a 28 de abril de 2017), que foram convocadas no dia 11 de maio, mais ainda
125 sem diretrizes por parte do Conselho Nacional de Saúde. Propõe duas comissões
126 paritárias de Conselheiros Estaduais para a organização das conferências. O
127 Conselheiro Mauri informa sobre as visitas ao Hospital Regional de Assis e de Ferraz de
128 Vasconcelos, e sobre a reunião na Coordenadoria de Serviços de Saúde no dia 19.
129 Entende que o problema é a falta de funcionários nos dois Hospitais: em Assis, já existe
130 a necessidade de contratação de 260 profissionais de enfermagem, e há previsão de
131 aposentadoria de 200 funcionários. Sobre a campanha salarial, o Conselheiro Mauri
132 informa que não houve negociação e haverá greve por tempo indeterminado. O
133 Conselheiro Geraldo reconhece que a reunião foi produtiva. O Conselheiro Douglas
134 agradece a possibilidade de conversar com Dr. Geraldo e fala que foi acordado o
135 “Projeto Mais Crianças” para atender a pediatria da região de Ferraz de Vasconcelos e
136 registra seu protesto. A Conselheira Neide informa sobre a audiência pública que teve
137 como tema o Orçamento Estadual 2017, promovida pela Comissão de Finanças,
138 Orçamento e Planejamento da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



139 O Conselheiro Natanael informa sobre a lei 13.287, de 2016, que proíbe o trabalho da
140 gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres. Propõe a
141 elaboração de um documento pedindo ao Conselho Nacional de Saúde que se abra o
142 debate antes que se inicie a fiscalização evitando-se problemas com o orçamento da
143 Saúde. O Secretário Belfari diz que a Secretaria Executiva transmitirá os informes às
144 comissões pertinentes e elas proporão as moções e recomendações para
145 homologação. O Conselheiro Leonides informa sobre sua participação no FOCUS,
146 representando o Conselho Estadual de Saúde de São Paulo e acompanhando o
147 Secretário Adjunto, Dr. Pollara. Após os informes, o Secretário Belfari coloca a ata da
148 251ª Reunião Ordinária do CES-SP em votação, que é aprovada por 15 votos e 1
149 abstenção. Os Conselheiros passam então à análise da Programação Anual de Saúde
150 2017. A Conselheira Stela fala sobre a metodologia do trabalho. Sobre o objetivo 1.1,
151 Induzir qualificação do acesso à Atenção Básica, Meta 1, e o Eixo II – Saúde Mental –
152 RAPS, Objetivo II 3.1. Processo de Desenvolvimento, a Coordenadora Rosangela explica
153 sobre os processos e fluxo referente aos cuidados, em parceria com a Atenção Básica.
154 Afirma que todos os referenciais técnicos devem ser cumpridos, e que o processo de
155 planejamento e elaboração de protocolo deve considerar os municípios. O programa
156 de ação é constituído nos territórios (municípios) pelos gestores e trabalhadores, e o
157 Estado faz a validação do processo de construção territorial do município. Até o
158 presente, segue a constituição prevista e publicada pela Comissão Intergestora
159 Bipartite. Descreve sobre o programa Recomeço, suas ações, previsão de implantação
160 e estratégias de acompanhamento. Afirma que, no processo de desinstitucionalização,
161 todos os moradores de hospitais psiquiátricos, independentemente da Classificação
162 Internacional de Doenças (CID), têm direito constitucional à residência terapêutica,
163 que são divididas em tipo 1 e 2, considerando a autonomia das pessoas e as condições
164 favoráveis de inserção. A residência tipo 2 conta com equipe mais potente de cuidados
165 para as pessoas que têm maior comprometimento. Todas as pessoas em processo de
166 desinstitucionalização passam por avaliação de equipe de profissional para a
167 verificação de qual tipo de residência é o mais adequado e quais são os recursos
168 necessários. Todo Município que implanta uma residência terapêutica
169 obrigatoriamente precisa ter um Centro de Atenção Psicossocial (Caps). O Conselheiro
170 Idreno e o Conselheiro Felipe questionam a Assessora Rosangela sobre os repasses de
171 recurso aos Municípios. Os Conselheiros Estaduais de Saúde questionam sobre o Eixo I
172 e são informados que havia 71 profissionais para a Atenção Básica e que a expectativa
173 é de se chegar a 100, de acordo com o número de municípios por DRS. A Conselheira
174 Stela esclarece que os funcionários públicos devem ter perfil adequado para apoiar o
175 município vinculado ao DRS ou à CIR. O apoio que se presta ao Município de São Paulo
176 é diferente em função da complexidade. A Atenção Básica está relacionada com o
177 perfil da gestão no Município e o Estado não pode intervir. Quanto aos
178 questionamentos do Conselho Estadual de Saúde referentes ao Eixo II, o Assessor
179 Rafael faz as explicações, afirmando que, na sentença judicial em ação civil pública
180 citada pela Conselheira Alessandra, não há a obrigação de construção de cinco Centros
181 de Atenção Integrada à Saúde Mental no interior, e que o Estado estabeleceu
182 protocolo de atendimento ao autista. A Conselheira Alessandra contrapõe a
183 informação e entende que a Secretaria da Saúde não construiu um modelo de política
184 pública adequado. A Conselheira Stela observa que o assunto deve ser discutido na
185 Comissão de Saúde e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida. O



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



186 Conselheiro Arnaldo fala da importância da transversalidade nesta política. Sobre o
187 Eixo III, os Conselheiros Estaduais de Saúde debatem a importância do fortalecimento
188 do Sistema Estadual de Vigilância em Saúde. Também são informados que a SUCEN
189 coordena o Comitê desde 2002, que se reúne regularmente, e tem 35 representantes.
190 A Assessora Irma fala dos imóveis de risco no Estado e dos pontos estratégicos de
191 controle, lembrando das responsabilidades dos Municípios. O Conselheiro Mauri trata
192 da importância do quadro de trabalhadores da SUCEN e chama a atenção para a
193 realização da Conferência de Vigilância em Saúde. O Conselheiro João Cassiano
194 discorre sobre o Plano Diretor, dos estatutos das cidades, e do controle de risco em
195 terrenos baldios. Sobre a vigilância em Saúde do Trabalhador, a Diretora Simone
196 esclarece sobre os programas de intervenção em locais de trabalho e condições
197 ambientais. Sobre o Eixo V, que trata do fortalecimento da participação da
198 comunidade e do controle social na gestão do SUS, a Conselheira Stela aponta que as
199 respostas deve ser construídas pelo próprio Conselho. O Secretário Executivo Belfari
200 trata das condições materiais, técnicas, administrativas e financeiras para o
201 funcionamento regular do CES. O Conselheiro Padre João traz a discussão a
202 implantação dos Conselhos Gestores nas unidades do Estado. Os Conselheiros Luiz e
203 Douglas relembram a proposta priorizada na 7ª Conferência Estadual de Saúde. Em
204 relação ao assunto, a Conselheira Stela se coloca favorável ao Conselho Estadual de
205 Saúde continuar com a responsabilidade da participação e controle social em todo o
206 Estado e responder às necessidades regionais, em vez de delegar sua atribuição a estes
207 Conselhos. A Conselheira Neide coloca a necessidade da elaboração de uma moção de
208 repúdio às declarações do atual Ministro da Saúde, que é aprovada por 13 votos
209 favoráveis. Em seguida, os técnicos da SES respondem aos questionamentos dos
210 Conselheiros Estaduais de Saúde sobre o eixo VI, que trata da capacitação e
211 desenvolvimento de pessoas. Sobre a Mesa de Negociação na SES, o Conselheiro
212 Natanael afirma que os funcionários não sabem das informações. A Conselheira Neide
213 aponta a necessidade da participação de diversas entidades representantes dos
214 trabalhadores. O Conselheiro Mauri aponta que a mesa é um espaço político de
215 resistência, participação e atuação. O Conselheiro Omar também discorre sobre o
216 tema e reconhece sua importância. Após o debate, a Conselheira Stela esclarece que
217 também foi solicitada a apresentação de uma tabela que facilitasse o entendimento da
218 gestão orçamentária e financeira da SES. O Coordenador Eloíso faz a apresentação. Em
219 seguida, a Conselheira Neide faz a leitura do Parecer sobre a Programação Anual de
220 Saúde – PAS 2017 compatibilizada com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2017,
221 nos seguintes termos: Em observância ao papel constitucional do Conselho Estadual de
222 Saúde de São Paulo, instituído pela Lei 8.356/1993, apresenta-se a seguir o parecer
223 conclusivo relacionado à Programação Anual de Saúde – PAS 2017 compatibilizada
224 com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2017. Instituída pela Portaria nº
225 3.332/2006, a “PAS é um instrumento que operacionaliza as intenções expressas no
226 Plano de Saúde, cujo propósito é determinar o conjunto de ações voltadas à
227 promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como da gestão do SUS”. A
228 documentação foi analisada em reuniões ampliadas, coordenadas pela Comissão de
229 Orçamento e Finanças, com a participação das demais (DST/HIV/AIDS e Hepatites
230 Virais; Saúde do Trabalhador; Gestão do Trabalho e Funcionamento dos Serviços de
231 Saúde; Comunicação, Informação e Educação; Saúde e Reabilitação da Pessoa com
232 Deficiência, Integração entre Conselhos; Saúde Mental e Políticas de Saúde) e as áreas



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



233 técnicas de planejamento da SES. O objeto da análise dos questionamentos em relação
234 às ações e metas foi debatido no Pleno do Conselho Estadual de Saúde. Segue abaixo a
235 análise global dos aspectos prioritários. Neste parecer também consta a adequação da
236 Programação Anual de Saúde 2016, uma vez que a finalização do Plano Estadual de
237 Saúde 2016/2019 foi posterior à aprovação do CES-SP e incorporou diretrizes
238 emanadas pela 7ª Conferência Estadual de Saúde. Análise Os conselheiros avaliaram
239 prioritariamente as Diretrizes vinculadas aos temas de suas comissões. Porem, a
240 Comissão de Orçamento e Finanças e a de Políticas de Saúde verificaram todas as
241 propostas. Na análise da LDO, considerando que nela estão descritas as prioridades da
242 administração pública estadual para o ano de 2017, foi esclarecido que as metas
243 indicadas tratam-se de “metas físicas” e não estão elencadas as despesas de capital.
244 Tampouco as despesas correntes, decorrentes das despesas de capital. Para
245 aprofundamento da análise, a Comissão de Orçamento e Finanças solicitou uma
246 reunião extraordinária com o Coordenador da Coordenadoria de Gestão Orçamentária
247 e Financeira para maiores esclarecimentos. Dr. Eloiso disponibilizou a todos os
248 Conselheiros, por meio eletrônico o folder com as Informações Orçamentárias da SES-
249 SP. Nesse informe bimestral, são consolidadas todas as informações, as principais
250 fontes de financiamento, composição do orçamento por grupos, bem como a
251 distribuição por unidade orçamentária. Também disponibilizou o endereço
252 <http://www.gps.saude.sp.gov.br/>, onde são demonstrados os Repasses Financeiros
253 por Convênios, Repasses Financeiros para as Organizações Sociais, os gastos de
254 Consumo e Medicamentos e os percentuais de aplicação de recursos do Tesouro
255 Estadual, inclusive dos 645 municípios, de acordo com a Lei Complementar 141/2012.
256 Todos esses dados tem atualização diária. Muitos dos questionamentos feitos nas
257 Comissões extrapolaram as metas previstas para o quadriênio 2016/2019 do próprio
258 Plano Estadual, que é o parâmetro para elaboração da Programação Anual de Saúde.
259 Um deles é relativo à construção de Centros Especializados para o Transtorno do
260 Espectro do Autismo. Como bem colocado pela conselheira, essa ação é produto de
261 demanda judicial e como tal, não compõe o Plano Estadual de Saúde e suas respectivas
262 Programações Anuais. Todos os temas relacionados à Saúde Mental também constam
263 de um Termo de Ajustamento de Conduta. Outras dúvidas foram dirimidas, tais como
264 as da Vigilância em Saúde, incluindo a Saúde do Trabalhador. Nesse sentido, estão
265 sendo encaminhadas as seguintes recomendações: 1. Necessidade de elaboração de
266 um glossário que identifique as siglas utilizadas. 2. Apresentação do esboço do Projeto
267 de Lei Orçamentária Anual (LOA) para maior visibilidade da vinculação orçamentária a
268 cada ação e produto; 3. Observar na elaboração das Linhas de Cuidados e Protocolos
269 Clínicos a transversalidade que contemple as especificidades de idade, sexo, raça/cor,
270 etnia, agravos decorrentes do trabalho, inclusive relacionados à saúde mental. 4. O
271 CES-SP, também preocupado com os Recursos Humanos da Saúde, solicita que a
272 Educação Continuada, em qualquer graduação, esteja voltada para a Gestão do
273 Trabalho e das Pessoas de modo a ampliar o potencial, motivar e aperfeiçoar o
274 trabalho no SUS, com qualidade no ambiente profissional e de vida. Para isso é
275 necessário: 4.1 Ao organizar programas de qualificação tanto de Residência Médica e
276 Aprimoramento, utilizar formas que atraiam profissionais da saúde para o perfil e
277 necessidades do SUS. 4.2 Quanto à melhoria da qualidade de vida e do ambiente
278 profissional na SES/SP, tornar transparente as ações desenvolvidas e o mapeamento
279 que define a implantação dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



280 em Medicina do Trabalho – SESMT, estrutura essa voltada para a integridade física dos
281 trabalhadores. 4.3 Revisar e atualizar os quadros de RH da SES/SP, para as áreas de
282 assistência, planejamento, vigilância em saúde, inovação e tecnologia, pesquisa e
283 gestão, que se adeque às funções da gestão estadual. Iniciar o estabelecimento de
284 Plano de Cargos, Carreiras e Salários para o servidor estadual, reorganizando as
285 categorias das diversas áreas (técnico, administrativa, assistência em saúde, gestão e
286 vigilância em saúde). 4.4 Enviar periodicamente, para ciência do CES-SP, as atas e/ou
287 resoluções das reuniões Mesa de Negociação da SES/SP. Após todo processo de
288 avaliação, o Conselho Estadual de Saúde aprova a Programação Anual de Saúde de
289 2017 e homologa a Programação Anual de Saúde de 2016 com as adequações
290 previstas no Plano Estadual de Saúde do quadriênio 2016/2019, observadas as
291 recomendações apresentadas. O Parecer da PAS 2017 é aprovado e a PAS 2016 é
292 homologada, com 16 votos favoráveis. Em seguida, há a homologação do Conselheiro
293 Felipe como coordenador da Comissão de Comunicação, Informação e Educação
294 Permanente; e do Conselheiro Omar como coordenador adjunto da Comissão
295 Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. O conselheiro Padre João
296 pede questão de ordem e demanda a Mesa Diretora que solicite a Secretaria Executiva
297 deste Conselho Estadual, o levantamento dos Conselheiros (as) não frequentes as
298 reuniões do Pleno, bem como, ao que participam regularmente para apresentar ao
299 Pleno para que tome as sanções pertinentes. Sem mais assuntos a tratar, a reunião é
300 encerrada. SÚMULA DAS DELIBERAÇÕES. DELIBERAÇÃO Nº 01, ASSUNTO: Aprovação
301 da Ata 250ª do Pleno de 29/04/2016, com alterações. DECISÃO: 16 votos a favor e 1
302 abstenção. DELIBERAÇÃO Nº 02 ASSUNTO: Alteração da Ordem do dia para inclusão
303 em pauta e aprovação de Moção de Repúdio ao Ministro de Estado da Saúde.
304 Relatora: Neide Aparecida Sales Biscuola DECISÃO: Aprovado por 13 votos a favor
305 (maioria). DELIBERAÇÃO Nº 03 ASSUNTO: Aprovação do Parecer da PAS 2017 e
306 homologação da PAS 2016, com as recomendações propostas. DECISÃO: Aprovado por
307 16 votos a favor (unanimidade). DELIBERAÇÃO Nº 04 ASSUNTO: Homologação do
308 conselheiro Felipe Reque como coordenador da Comissão de Comunicação,
309 Informação e Educação Permanente; e Omar Braga Mendonça como coordenador
310 adjunto da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora
311 DECISÃO: Aprovado por 16 votos a favor (unanimidade). Ata lavrada por Ohana
312 Bernardes, Solange Gomes e Cassia Tubone.